



## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 - Em milhares de reais

as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Empresa. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina. A Empresa usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Empresa. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do grupo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Nas aquisições em que a Empresa atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Empresa e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício. Transações e saldos e ganhos não realizados em transações entre as empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Empresa. **(b) Demonstrações financeiras individuais:** Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. **2.3 Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Empresa e, também, a moeda de apresentação da Empresa. **(b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **(c) Empresas consolidadas:** Os resultados e a posição financeira de todas as entidades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas estão apresentados em reais. **2.4 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas. **2.5 Ativos financeiros: 2.5.1 Classificação:** A Empresa classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são classificados nessa categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*. A Empresa não possui instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009. **(b) Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Empresa compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" e "Contas a receber". **(c) Ativos financeiros disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Empresa não possui ativos financeiros classificados nessa categoria. **2.5.2 Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Empresa tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em Resultado financeiro no período em que ocorrem. Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Empresa estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade. A Empresa avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. O teste para verificação de *impairment* das contas a receber de clientes está descrito na Nota 2.6. **2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.5.4 Impairment de ativos financeiros: Ativos mensurados ao custo amortizado:** A Empresa avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. A Empresa avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor na data original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser sido reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado

consolidado. Os critérios que a Empresa usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) a Empresa, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: • mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; • condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. **2.6 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária. **2.7 Estoques:** Os estoques correspondem a mercadorias adquiridas para revenda e são avaliados ao menor valor entre o último custo de aquisição e o valor de mercado. As provisões constituídas são baseadas em estimativas da administração com o objetivo de: (a) ajustar o último custo de aquisição ao valor de mercado, quando necessário; (b) refletir as perdas ocorridas entre a data de realização do último inventário físico e a data-base de apresentação das demonstrações financeiras; (c) refletir no custo de aquisição as bonificações recebidas de fornecedores. **2.8 Ativos intangíveis: (a) Desenvolvimento:** Os gastos incorridos no desenvolvimento de projetos (relacionados à fase de projeto e testes de produtos novos ou aperfeiçoados) são reconhecidos como ativos intangíveis quando for provável que os projetos serão bem-sucedidos, considerando-se sua viabilidade comercial e tecnológica, e somente se o custo puder ser medido de modo confiável. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos de desenvolvimento capitalizados são amortizados desde o início da comercialização do produto, pelo método linear e ao longo do período do benefício esperado. **(b) Softwares:** As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil, pelas taxas descritas na Nota 11. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Empresa, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso. • A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo. • O *software* pode ser vendido ou usado. • Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gere benefícios econômicos futuros. • Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*. • O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como parte do produto de *software* incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada. **2.9 Imobilizado:** Terrenos e edificações compreendem, principalmente, pontos de venda no atacado e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os custos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota 12. Terrenos não são depreciados. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.10). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **2.10 Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)), sendo que no caso da Empresa os níveis mais baixos identificáveis separadamente são as lojas. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. **2.11 Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por mercadorias para revenda, bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.12 Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, conforme mencionado na Nota 13. **2.13 Provisões:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando: a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa operacional. **2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa nas declarações de impostos de renda com rela-

ção às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito equívoco legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade. **2.15 Benefícios a empregados: Participação nos lucros:** A Empresa reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Empresa após certos ajustes. A Empresa reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. **2.16 Reconhecimento da receita: (a) Venda de mercadorias:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de mercadorias e serviços. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas consolidadas. A Empresa reconhece a receita quando da transferência de posse da mercadoria. **(b) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Empresa reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber. **2.17 Arrendamentos:** Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Quando a Empresa detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade do bem arrendado, os arrendamentos são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no Ativo Imobilizado no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Empresa não possuía contratos de arrendamento que pudessem ser classificados como financeiros. **2.18 Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **2.19 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Empresa é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Empresa. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **2.20 Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Empresa:** O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu diversas normas, emendas às normas e interpretações IFRS durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, sendo permitida sua adoção antecipada. A Empresa não adotou nenhuma das novas normas ou alterações de normas antecipadamente, pois estas ainda não possuem equivalente emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), não sendo permitida sua aplicação no Brasil. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

**3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo: **(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** A Empresa está sujeita ao imposto de renda e considera necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda, o que pode tornar a determinação final do imposto incerta. A Empresa também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. **(b) Provisões para perdas em estoques:** A provisão para perda em estoques é efetuada para refletir o valor de realização de tais ativos. A administração efetua essa estimativa com base no giro dos estoques, nos valores de mercado dos estoques e na avaliação e negociação das bonificações por volumes.

**4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: 4.1 Fatores de risco financeiro:** As atividades da Empresa a expõe a riscos financeiros, basicamente compostos por risco de taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, enquanto que a alta administração da Empresa supervisiona a gestão dos mesmos. **(a) Risco de taxa de juros:** A Empresa está sujeita a um alto risco de taxa de juros em razão das dívidas relacionadas principalmente ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) e à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Os saldos de aplicações financeiras indexados pelo CDI compensam parcialmente esse efeito. A Empresa tem como política não operar com derivativos.

	Indexador	Consolidado	
		2010	2009
Ativos financeiros			
CDB	CDI	120.459	98.623
		120.459	98.623
Dívidas financeiras			
Financiamento de mercadorias	CDI	74.266	66.912
Financiamento BNDES	TJLP	119.348	2.243
Debêntures	CDI	283.583	255.989
		477.197	325.144

Dado o cenário atual, montantes envolvidos e indexadores correlatos entre os ativos e passivos financeiros, a Empresa entende que os riscos não são relevantes. **(b) Risco de crédito:** A operação básica da Empresa é a venda de mercadorias a pessoas físicas e jurídicas. A participação das vendas com recebimento à vista representou 68,3% do total em 2010 (68,6% em 2009). As formas de recebimento à vista são, em ordem de relevância: dinheiro, cartão de débito e cheque. As vendas com recebimento a prazo representaram 31,7% do total em 2010 (31,4% em 2009). As formas de recebimento a prazo são, também em ordem de relevância: cheque pré-datado, cartão de crédito e convênios. Na avaliação da administração, o único risco de crédito relevante nas contas a receber se refere a cheques pré-datados, os quais participam em 20,6% das vendas. Estes, porém, normalmente não são em valores individualmente significativos, o que reduz os riscos de impactos relevantes nas demonstrações financeiras em caso de inadimplência. A administração adota principalmente a seletividade dos clientes e a adoção

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 - Em milhares de reais

de limites individuais como procedimentos a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência nas contas a receber. (c) **Risco de liquidez:** A administração acompanha continuamente as necessidades de liquidez da Empresa para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa é aplicado em ativos financeiros com incidência de juros conforme Nota 6, escolhendo-se instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para garantir uma margem de segurança satisfatória. **4.2 Gestão de capital:** Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Condizente com outras empresas do seu setor de atuação, a Empresa monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 podem ser assim resumidos:

	Consolidado	
	2010	2009
Total dos empréstimos	477.197	325.144
Menos - caixa e equivalentes de caixa	(179.687)	(144.732)
Dívida líquida	297.510	180.412
Total do patrimônio líquido	504.672	470.987
Total do capital	802.182	651.399
Índice de alavancagem financeira - %	37	28

O aumento no índice de alavancagem financeira em 2010 foi decorrente, principalmente, da captação de empréstimos adicionais junto ao BNDES para a construção de novas lojas. O capital não é administrado ao nível da controladora, somente ao nível consolidado. **4.3 Estimativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado que está disponível para a Empresa para instrumentos financeiros similares. A Empresa aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1). • Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2). • Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

**4.4 Instrumentos financeiros**

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa (*)	179.687	144.732	244.588
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados (*)	79.725	51.978	60.915
Depósitos judiciais (*)	8.207	8.565	9.465
	267.619	205.275	314.968

(\*) Todos os instrumentos financeiros demonstrados acima foram classificados como empréstimos e recebíveis.

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos	477.197	325.144	241.462
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais (*)	627.969	546.458	640.944
	1.105.166	871.602	882.406

(\*) As obrigações decorrentes da legislação estão excluídas do saldo de fornecedores, por não serem considerados instrumentos financeiros a luz do CPC 40. Os passivos financeiros demonstrados acima foram classificados como fornecedores e outras obrigações. **4.5 Qualidade do crédito dos ativos financeiros:** (a) Caixa e equivalentes de caixa de acordo com a qualidade creditícia das contrapartes. (b) A Empresa possui cadastro de 2,1 milhões de clientes, sendo que, em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, não havia concentração significativa de valores a receber de nenhum dos seus clientes, diluindo assim o risco de inadimplência. A administração não dispõe de análises individuais da qualidade dos créditos das contas a receber.

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo (*)			
AAA	179.687	144.732	244.588
	179.687	144.732	244.588

(\*) Standard & Poor's

**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Caixa e bancos	58.850	45.392	64.875	59.228	46.109	64.914
Certificados de Depósitos Bancários (CDBs)	63.949	79.784	132.408	120.459	98.623	179.674
	122.799	125.176	197.283	179.687	144.732	244.588

Os Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) são remunerados a 100,34% do CDI e podem ser resgatados a qualquer momento, sem perda de rendimento.

**6. CONTAS A RECEBER**

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Contas a receber de clientes	21.728	11.857	13.687	21.728	11.857	13.687
Administradoras de cartão de crédito/débito	59.588	34.409	33.460	59.588	34.409	33.460
Outras	970	861	695	1.048	939	773
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.775)	(3.837)	(4.292)	(5.853)	(3.915)	(4.370)
	76.511	43.290	43.550	76.511	43.290	43.550

As vendas com cartão de crédito são recebíveis junto às administradoras em parcelas de até dez meses, sendo que os valores a receber em prazo superior a 90 dias equivalem a R\$ 6.922 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 2.389; 1º de janeiro de 2009 - R\$ 1.358). As demais contas a receber referem-se a vendas diretas aos consumidores que, em sua grande maioria, possuem prazo de recebimento de até sete dias, assim como contas a receber de funcionários decorrentes de vendas de mercadorias e cheques devolvidos de clientes. Para essas contas a receber, a administração faz uma análise individual dos créditos com o objetivo de registrar a provisão para os créditos de liquidação duvidosa, quando necessário. Os valores justos das contas a receber de clientes e demais contas a receber se aproximam de seus valores registrados. Os valores vencidos e não provisionados de contas a receber, em 31 de dezembro de 2010, totalizam R\$ 763 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 705; 1º de janeiro de 2009 - R\$ 847). A administração da Empresa acredita que esses valores serão recuperados no período seguinte. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010
Saldo em 31 de dezembro de 2009			(3.837)	(3.915)
Adições			(26.333)	(26.333)
Baixas			24.395	24.395
Saldo em 31 de dezembro de 2010			(5.775)	(5.853)

**7. ESTOQUES**

	Controladora e consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Mercadorias para revenda	596.025	516.201	446.690
Bonificação de fornecedores	(56.903)	(51.970)	(51.047)
Provisão para ajuste ao valor de realização	(13.209)	(11.118)	(8.712)
	525.913	453.113	386.931

O valor da provisão para perdas dos estoques refere-se às prováveis perdas de inventário e provisão para desvalorização dos estoques, conforme descrito na Nota 3.1(b). As bonificações de fornecedores referem-se aos valores descontados das faturas dos fornecedores relacionados ao estoque comprado e ainda não realizado, por conta do atingimento de determinados compromissos firmados contratualmente, ligados, principalmente, ao volume de produtos adquiridos desses fornecedores. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a administração efetuou ajuste do saldo final de estoques relativo à bonificação, conforme divulgado na Nota 2.1.

**8. TRIBUTOS A RECUPERAR**

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
ICMS a recuperar	29.593	24.688	26.595	29.593	24.688	26.595
ICMS sobre aquisições do ativo imobilizado	14.481	14.196	12.771	14.481	14.196	12.771
Provisão para saldo credor de ICMS	(16.831)	(15.471)	(15.335)	(16.831)	(15.471)	(15.335)
PIS e COFINS a recuperar		22.086	1.682	1	22.087	1.684
Imposto de renda a recuperar	11.863	11.394		11.864	11.394	
	39.106	56.893	25.713	39.108	56.894	25.715
Menos						
Ativo circulante	(19.415)	(48.646)	(18.352)	(19.417)	(48.647)	(18.354)
Ativo não circulante	19.691	8.247	7.361	19.691	8.247	7.361

O saldo de ICMS a recuperar é decorrente das operações comerciais da Empresa. Quando aplicável, é registrada provisão em valor considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. Os créditos de ICMS sobre aquisições do ativo imobilizado são constituídos em conformidade com a Lei Complementar no 102/2000 e o aproveitamento é realizado linearmente ao longo de 48 meses. Os valores registrados no ativo não circulante, na rubrica "Tributos a recuperar", referem-se exclusivamente à parcela de longo prazo desses créditos, cuja realização ocorrerá em período superior a 12 meses. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foram reconhecidos créditos de COFINS a recuperar decorrente de questionamento judicial junto ao Supremo Tribunal Federal referente à Lei no 9.718/98, em função de o processo da Empresa ter transitado em julgado. O montante envolvido é de R\$ 21.235 e foi registrado na demonstração do resultado do exercício na rubrica "Outras receitas operacionais". Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Empresa reconheceu créditos referentes ao adicional de imposto de renda pago a maior durante o período compreendido entre 1988 e 1992 no Estado de São Paulo. O processo se estendeu até o dia 4 de dezembro de 2009, quando o Supremo Tribunal Federal decidiu a favor do contribuinte. O Estado de São Paulo não apelou a decisão e a Empresa registrou o montante de R\$ 11.399 em contrapartida à rubrica "Outras receitas operacionais".

**9. OUTROS CRÉDITOS**

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Créditos federais	14.240	14.240	14.240	14.240	14.240	14.240
Adiantamentos a funcionários	1.733	1.834	2.783	1.763	1.859	2.796
Outras contas a receber	3.236	77.313	21.526	3.214	8.688	17.912
	19.209	93.387	38.549	19.217	24.787	34.948

Menos

Ativo circulante	(4.969)	(10.477)	(20.253)	(4.977)	(10.547)	(20.160)
Ativo não circulante	14.240	82.910	18.296	14.240	14.240	14.788

Os créditos federais representam créditos trabalhistas contra o Governo Federal provenientes de ação judicial de equiparação salarial movida por terceiros, cuja decisão, transitada em julgado, foi favorável aos credores originais. Os créditos foram adquiridos pela Empresa por R\$ 14.240. Embora a Empresa tenha requerido a homologação judicial da transferência dos referidos créditos em seu favor, até o presente momento tal homologação não ocorreu. Em manifestação sobre o requerimento de homologação judicial, o juiz indicou que é possível que este ocorra apenas quando do encerramento do processo judicial envolvendo o Governo Federal e os credores originais. Caso a transferência não seja homologada, outra hipótese de realização financeira dos créditos pela Empresa seria por meio do recebimento pelos respectivos credores e posterior repasse ao Makro. Além disso, embora o mérito da ação judicial de equiparação salarial tenha sido objeto de decisão transitada em julgado em favor dos credores originais, até a presente data não houve decisão final confirmando o valor dos referidos créditos, tendo em vista que o juiz do processo determinou o recálculo dos respectivos valores em face da constatação de "erros materiais" identificados nos cálculos originais. A realização financeira dos créditos adquiridos está condicionada à (a) decisão judicial confirmando o valor dos créditos adquiridos, o (b) a homologação judicial da transferência dos referidos créditos ou (c) ao recebimento pelos respectivos credores e posterior repasse ao Makro. A administração considera provável a realização de valor correspondente, no mínimo, ao seu custo de aquisição, razão pela qual mantém os créditos registrados como ativo. A diminuição ocorrida na rubrica "Outras contas a receber" em 2010 se deve a integralização de valores registrados em 2009 a título de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) das empresas controladas SP Participações Ltda. e SS Participações Ltda. nos montantes de R\$ 38.785 e R\$ 29.885, respectivamente. Os valores justos dos outros créditos aproximam-se dos valores registrados.

**10. PARTES RELACIONADAS: (a) Investimentos em subsidiárias**

	SP		SS		NNC	
	Participações Ltda.	Participações Ltda.	Participações Ltda.	EZFood Serviços S.A.	Outros	Total
Participação no capital votante - %	100	100	100	100	100	
Saldo em 1º de janeiro de 2009	74.301	83.208	158.962	1.904		318.375
Aquisição da empresa					689	689
Equivalência patrimonial	9.891	11.919	20.498	61		42.369
Dividendos			(28.450)			(28.450)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	84.192	95.127	151.010	1.965	689	332.983
Movimentação em 2010 dos investimentos						
Equivalência patrimonial	10.274	13.868	19.875	(127)		43.890
Aumento de capital	58.735	29.885				88.620
Dividendos	(13.000)	(25.000)				(38.000)
Outras variações					(378)	(378)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	140.201	113.880	170.885	1.838	311	427.115

As empresas imobiliárias SP Participações Ltda., SS Participações Ltda. e NNC Participações Ltda. foram constituídas em 30 de novembro de 2001, a partir das transferências dos ativos imobiliários de propriedade do Makro Atacadista S.A., representados pelos terrenos, construções e instalações das lojas, os quais foram conferidos pelos seus valores contábeis em aumento de capital de cada uma dessas sociedades. As controladas têm como objetivo a administração e exploração da atividade imobiliária. Durante o ano de 2010, foram integralizados como aumento de capital os valores de R\$ 58.735 e R\$ 29.885 nas empresas SP Participações Ltda. e SS Participações Ltda., respectivamente. Em 2009, estes valores estavam registrados como "Adiantamento para futuro aumento de capital" registrados na rubrica "Outros créditos" da controladora. Em 29 de outubro de 2004, o Makro Atacadista S.A. adquiriu 100% de participação no capital da Empresa EZFood Serviços S.A., pelo montante de R\$ 1.173, apurando deságio de R\$ 290. Em 29 de março de 2006, a administração decidiu encerrar as atividades operacionais dessa controlada que, atualmente, é uma empresa dormente que possui prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social nos montantes de R\$ 32.444 e R\$ 32.551, respectivamente. Os referidos créditos não estão sendo reconhecidos nas demonstrações financeiras em virtude de não satisfazerem os critérios de reconhecimentos descritos na Nota 16. Segue abaixo a participação da Empresa nos resultados das principais controladas diretas, todas empresas de capital fechado, como também no total de seus ativos e passivos:

	Ativo	Passivo	Receita	Lucro (prejuízo)
31 de dezembro de 2010				
SP Participações Ltda.	140.202	2.010	19.869	10.274
SS Participações Ltda.	113.900	2.475	24.720	13.868
NNC Participações Ltda.	170.886	3.099	30.544	19.875
31 de dezembro de 2009				
SP Participações Ltda.	84.192	1.708	16.906	9.891
SS Participações Ltda.	95.132	2.148	21.667	11.919
NNC Participações Ltda.	151.011	2.850	29.345	20.498
1º de janeiro de 2009				
SP Participações Ltda.	74.345	1.378		
SS Participações Ltda.	83.208	1.591		
NNC Participações Ltda.	159.025	2.823		

As receitas das partes relacionadas se referem a arrendamento mercantil dos terrenos e edifícios utilizados pela controladora em suas operações. (b) **Remuneração do pessoal-chave da administração:** A remuneração paga ou a pagar aos executivos da administração da Empresa a título de honorários foi de R\$ 4.474 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 7.995) e R\$ 1.654 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 2.813) a título de participações nos lucros e bônus.

**11. INTANGÍVEL**

	Controladora e Consolidado		
	Gastos de implantação do projeto de financiamento a cliente	Softwares	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009	14.730	6.295	21.025
Adições		1.933	1.933
Amortização	(777)	(3.309)	(4.086)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	13.953	4.919	18.872
Custo	14.730	22.291	37.021
Amortização acumulada	(777)	(17.372)	(18.149)
Valor residual	13.953	4.919	18.872
Adições		3.999	3.999
Amortização	(777)	(2.941)	(3.718)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	13.176	5.977	19.153
Custo total	14.730	25.659	40.389
Amortização acumulada	(1.554)	(19.682)	(21.236)
Valor residual	13.176	5.977	19.153
Taxas anuais de amortização - %		5	25-40

Os gastos de implantação de projeto de financiamento a cliente referem-se a despesas preliminares para a estruturação, estudo e detalhamento de um projeto para financiamento de vendas aos clientes. Estes gastos vêm sendo amortizados em um prazo de 240 meses, equivalente ao prazo de contrato firmado entre a Empresa e a instituição financeira que gerencia o financiamento de vendas aos clientes.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010** - Em milhares de reais

**12. IMOBILIZADO**

									Controladora		
	Terrenos	Edificações	Equipos. e computadores	Benfeitorias	Instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Total em operação	Obras em andamento	Imobilizado total
Saldos em 1º de janeiro de 2009	3.981	8.983	138.600	85.661	2.754	63	856	51	240.949	7.834	248.783
Aquisição	25	1.073	35.732	19.228	183	52	1.402		57.695	42.273	99.968
Alienação			(2.818)	(7.508)			(14)		(10.340)		(10.340)
Transferências			33.165	13.095		67			46.327	(46.327)	
Depreciação/exaustão/amortização		(720)	(28.209)	(8.221)	(663)	(47)	(439)		(38.299)		(38.299)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	4.006	9.336	176.470	102.255	2.274	135	1.805	51	296.332	3.780	300.112
Custo total	4.006	16.220	337.817	176.527	30.050	1.211	2.722	51	568.604	3.780	572.384
Depreciação acumulada		(6.884)	(161.347)	(74.272)	(27.776)	(1.076)	(917)		(272.272)		(272.272)
Valor residual	4.006	9.336	176.470	102.255	2.274	135	1.805	51	296.332	3.780	300.112
Aquisição	8.175	362	34.963	35.004	224	38	494		79.260	27.980	107.240
Alienação			(808)	(74)	(2)		(225)		(1.109)		(1.109)
Transferências	(25)		15.404	10.894		40	25		26.338	(26.338)	
Depreciação/exaustão/amortização		(520)	(30.449)	(9.751)	(518)	(80)	(278)		(41.596)		(41.596)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	12.156	9.178	195.580	138.328	1.978	133	1.821	51	359.225	5.422	364.647
Custo total	12.156	16.581	385.703	220.131	29.371	1.254	2.929	51	668.176	5.422	673.598
Depreciação acumulada		(7.403)	(190.123)	(81.803)	(27.393)	(1.121)	(1.108)		(308.951)		(308.951)
Valor residual	12.156	9.178	195.580	138.328	1.978	133	1.821	51	359.225	5.422	364.647
Taxas anuais de depreciação - %		4	13	6	10	10	20				

									Consolidado		
	Terrenos	Edificações	Equipos. e computadores	Benfeitorias	Instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Total em operação	Obras em andamento	Imobilizado total
Saldos em 1º de janeiro de 2009	84.868	146.161	138.713	114.995	14.719	63	856	51	500.426	67.937	568.363
Aquisição	31.421	9.976	35.731	21.195	628	52	1.402		100.405	76.008	176.413
Alienação		(123)	(2.818)	(7.508)	(37)		(14)		(10.500)		(10.500)
Transferências		53.159	33.165	23.231	7.156	67			116.778	(116.778)	
Depreciação/exaustão/amortização		(10.673)	(28.209)	(9.694)	(3.370)	(47)	(439)		(52.432)		(52.432)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	116.289	198.500	176.582	142.219	19.096	135	1.805	51	654.677	27.167	681.844
Custo total	116.289	311.167	337.929	220.342	80.642	1.211	2.722	51	1.070.353	27.167	1.097.520
Depreciação acumulada		(112.667)	(161.347)	(78.123)	(61.546)	(1.076)	(917)		(415.676)		(415.676)
Valor residual	116.289	198.500	176.582	142.219	19.096	135	1.805	51	654.677	27.167	681.844
Aquisição	22.454	8.950	34.963	35.004	914	38	494		102.817	63.208	166.025
Alienação		(159)	(808)	(97)	(20)		(225)		(1.309)		(1.309)
Transferências	(25)	30.771	15.404	10.894	4.360	40	25		61.469	(61.469)	
Depreciação/exaustão/amortização		(12.902)	(30.449)	(11.547)	(3.395)	(80)	(278)		(58.651)		(58.651)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	138.718	225.160	195.692	176.473	20.955	133	1.821	51	759.003	28.906	787.909
Custo total	138.718	350.447	385.815	263.918	84.802	1.254	2.929	51	1.227.934	28.906	1.256.840
Depreciação acumulada		(125.287)	(190.123)	(87.445)	(63.847)	(1.121)	(1.108)		(468.931)		(468.931)
Valor residual	138.718	225.160	195.692	176.473	20.955	133	1.821	51	759.003	28.906	787.909
Taxas anuais de depreciação - %		4	13	6	10	10	20				

Com data de 1º de janeiro de 2010, a Empresa reavaliou a vida útil remanescente de seu ativo imobilizado, reconhecendo os efeitos de forma prospectiva. Como resultado dessa avaliação da vida útil, a depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi aumentada em R\$ 1.885 em relação àquela que teria sido reconhecida considerando as vidas úteis anteriores. Esse montante foi reconhecido no resultado do exercício na rubrica "Aluguel, depreciação e amortização". Nessa mesma rubrica da demonstração do resultado consolidado estão incluídas despesas de aluguel de imóveis no valor de R\$ 31.911 (2009 - R\$ 30.982), referentes ao arrendamento operacional de terrenos e edificações (lojas) de terceiros. Os financiamentos do BNDES estão garantidos por terrenos e edificações próprios no valor de R\$ 173.394 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 0; 1º de janeiro de 2009 - R\$ 0) (Nota 13). Certos bens do imobilizado, no montante de R\$ 4.265 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 4.637; 1º de janeiro de 2009 - R\$ 5.261), estão dados em garantia de uma ação de débito fiscal de INSS, conforme mencionado na Nota 15.

**13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES**

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Financiamento de mercadorias com instituições financeiras	74.266	66.912	239.030	74.266	66.912	239.030
Financiamento BNDES	63.094	2.243	2.432	119.348	2.243	2.432
Debêntures	283.583	255.989		283.583	255.989	
	420.943	325.144	241.462	477.197	325.144	241.462
Circulante	89.290	323.513	239.228	95.009	323.513	239.228
Não circulante	331.653	1.631	2.234	382.188	1.631	2.234

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo aproximam-se de seu valor justo. Os financiamentos de mercadorias junto às instituições financeiras foram adquiridos a taxa de 113% da variação do CDI e estão denominados em reais, a moeda funcional da Empresa. Remanescem em circulação as debêntures de série 01 emitidas em 26 de outubro de 2009, com encargos de acordo com a variação de 107,95% do CDI, com vencimento original em setembro de 2010, prorrogado para setembro de 2013.

	Série		Emissão		2010	
	Primeira série		250		8.110	
Debêntures					8.110	
Circulante					275.473	
Não circulante					283.583	
Total de debêntures					558.986	

Os financiamentos contratados junto ao BNDES podem ser assim demonstrados:

	Taxa anual - %	Controladora			Consolidado		
		31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
FINAME	2,15 + TJLP	1.636	2.243	2.432	1.636	2.243	2.432
BNDES - implantação de lojas	4,5 + TJLP	41.088			97.342		
BNDES - capital de giro	5,2 + TJLP	9.687			9.687		
BNDES - máquinas e equipamentos	4,5	10.683			10.683		
		63.094	2.243	2.432	119.348	2.243	2.432

Os montantes de longo prazo têm a seguinte composição, por prazo de vencimento:

Ano	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
De 13 a 24 meses	13.154		24.179	
De 25 a 36 meses	288.445		299.471	
De 37 a 48 meses	12.550		23.576	
De 49 a 60 meses	11.564		22.590	
Mais de 60 meses	5.940		12.372	
	331.653		382.188	

A Empresa possui, ainda, as seguintes linhas de crédito não utilizadas:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Taxa variável		
Com vencimento em até um ano	52.184	
Taxa fixa		
Com vencimento em até um ano	8.330	
	60.514	

As linhas de crédito que vencem em até um ano são linhas de crédito sujeitas à revisão anual em diferentes datas durante o exercício de 2010. Essas linhas de créditos foram obtidas junto ao BNDES e serão utilizadas para a construção de novas lojas.

**14. IMPOSTOS A RECOLHER**

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
PIS e COFINS a recolher	1.411	5.591	7.366	1.700	5.836	7.595
ICMS a recolher	9.892	43.559	23.176	9.892	43.559	23.176
Outros	347	311	383	371	338	228
	11.650	49.461	30.925	11.963	49.733	30.999

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a administração decidiu reverter a provisão para ICMS a recolher sobre a margem excedente de mercadorias tributadas na forma de substituição tributária no Estado de São Paulo entre os anos de 2003 e 2008, pelo montante de R\$ 37.043, com base em opinião de seus assessores jurídicos externos.

**15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS:** A Empresa é parte integrante de processos judiciais e administrativos nos âmbitos tributário, trabalhista e civil, que surgem no curso normal de suas operações. Em conformidade com o CPC 25, e amparada na opinião de seus assessores jurídicos, a Empresa registra provisão para as contingências cujas chances de perda são consideradas prováveis.

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Causas tributárias	13.525	13.088	22.493	13.557	13.121	22.526
Causas trabalhistas	7.160	4.717	7.079	7.249	4.816	7.343
Causas cíveis	7.501	6.534	5.678	7.501	6.534	5.678
	28.186	24.339	35.250	28.307	24.471	35.547
Depósitos judiciais						
Causas tributárias	(6.889)	(3.584)	(9.947)	(6.889)	(3.584)	(9.947)
Causas trabalhistas	(6.812)	(4.717)	(7.079)	(7.122)	(4.816)	(7.343)
Causas cíveis	(520)	(517)	(291)	(520)	(517)	(291)
	13.965	15.521	17.933	13.776	15.554	17.966

A movimentação da provisão no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2009	15.521	15.554
Adições	4.983	5.018
Baixa	(7.698)	(7.955)
Juros	1.159	1.159
Saldo em 31 de dezembro de 2010	13.965	13.776

As principais características das contingências envolvendo a Empresa podem ser resumidas como segue: **(a) Contingências tributárias:** • Órgãos municipais - referem-se, principalmente, a questões relacionadas à majoração do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) referentes a algumas prefeituras. Tal majoração está relacionada às alíquotas aplicáveis no cálculo do imposto ou ao valor venal dos imóveis. • Órgãos estaduais - tratam-se, principalmente, de questões relacionadas ao ICMS referentes à eventual impossibilidade de aproveitamento integral de créditos do referido imposto na aquisição de mercadorias de fornecedores que estão situados em outros estados, assim como pela eventual necessidade de escrituração do livro de registro de controle da produção e do estoque. • Órgãos federais - trata-se, principalmente, de compensação do imposto sobre o Lucro Líquido (ILL). • INSS - trata-se de litígio relacionado ao INSS, impetrado contra a Empresa em 26 de dezembro de 2000, que visa a cobrança de contribuições previdenciárias supostamente não recolhidas por empresas prestadoras de serviços contratadas pela Empresa, nas competências dos meses de janeiro de 1990 a março de 1991, tendo em vista o instituto da responsabilidade solidária. **(b) Contingências trabalhistas:** Envolve diversas reclamações trabalhistas, principalmente referentes a diferenças salariais e equiparações, horas extras e outras. O montante registrado como provisão, considerado de perda provável, foi calculado com base no percentual histórico de perdas da Empresa nos últimos 48 meses. **(c) Contingências cíveis:** Representam, principalmente, ações de consumidores que pleiteiam verbas indenizatórias por suposto dano moral e/ou material. **(d) Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais efetuados em conexão com contingências para as quais não foram efetuadas provisões, em função da avaliação da Empresa em relação à probabilidade de sucesso na discussão das mesmas, estão classificados no ativo realizável a longo prazo e podem ser assim demonstrados:

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Causas tributárias	7.822	6.875	6.740	8.207	7.260	7.125
Causas trabalhistas		1.102	2.249		1.305	2.340
	7.822	7.977	8.989	8.207	8.565	9.465

**(e) Perdas possíveis:** A Empresa, em 31 de dezembro de 2010, possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração e seus consultores jurídicos como possíveis no montante de R\$ 56.615 (2009 - R\$ 56.708).

**16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS: (a) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** A Empresa mantém registrado em 31 de dezembro de 2010, no ativo não circulante, crédito fiscal diferido, no montante de R\$ 35.389 (2009 - R\$ 29.913), decorrente de diferenças temporárias sobre base de cálculo de imposto de renda e contribuição social. Esses créditos são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a sua provável realização, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Além desse ativo fiscal diferido, conforme descrito na Nota 10, a controladora EZFood Serviços S.A. possui em seus registros fiscais o montante de R\$ 32.444 a compensar com lucros tributários futuros, ainda não registrado contabilmente, por não satisfazer o critério de reconhecimento anteriormente descrito. **(b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:** Os saldos de ativos diferidos apresentam-se como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2010	2009
Diferenças temporárias		
Provisão sobre bonificações de fornecedores	17.845	14.202
Provisão para contingências	9.145	7.882
Provisão para impairment de ICMS	5.723	5.260
Outras		

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 - Em milhares de reais

**18. RECEITA:** A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2010	2009
Vendas brutas de produtos e serviços	5.869.494	5.196.752
Impostos sobre vendas	(615.824)	(570.192)
Receita líquida	5.253.670	4.626.560

**19. DESPESAS GERAIS:** A abertura das despesas gerais é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Gastos com edifícios (energia, segurança, limpeza, etc.)	87.591	73.980	87.591	73.980
Manutenção e reparos	20.630	16.664	20.631	16.678
Consultoria e serviços jurídicos	18.551	18.138	18.606	18.428
Telefone	7.470	6.892	7.470	6.892
Serviços terceirizados	12.112	10.207	12.112	10.207
Gastos com pessoal	29.388	24.755	29.480	24.837
Seguros	5.150	2.630	5.153	2.630
Viagens e estadias	9.139	7.913	9.163	7.755
Pré-abertura de lojas	3.961	8.815	3.961	8.815
Gastos com informática	3.677	3.641	3.679	3.642
Provisão para devedores duvidosos	5.923	4.682	5.922	4.681
Taxas e multas	3.511	2.793	3.810	2.906
Despesas gerais de restaurantes e postos	4.921	4.071	4.921	4.071
Outras	203	4.106	3.004	6.736
	212.227	189.287	215.503	192.258

**20. RECEITA E DESPESAS FINANCEIRAS**

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Despesa financeira				
Juros de debêntures e empréstimos bancários	38.112	26.969	39.896	26.983
Tarifas bancárias/financeiras	13.477	7.777	13.479	7.783
Outros	1.699	1.599	1.764	1.616
	53.288	36.345	55.139	36.382
Receita financeira				
Receita financeira de aplicações financeiras	2.396	3.456	6.448	6.799
Juros sobre antecipação de pagamentos	10.148	10.908	10.148	10.910
Juros sobre cartão de crédito	3.995	(1.609)	3.995	(1.609)
Outros	1.388	2.466	1.397	2.539
	17.927	15.221	21.988	18.639
Despesas financeiras, líquidas	35.361	21.124	33.151	17.743

**21. SEGUROS:** Os seguros da Empresa são contratados na modalidade *all risks*, com fixação de valor para dano máximo possível da maior loja em operação, considerado suficiente para cobrir perdas resultantes de eventuais sinistros nas lojas, tendo em vista a natureza da atividade da Empresa e a orientação dos seus consultores de seguro. Em 31 de dezembro de 2010, o montante da cobertura de seguros é de R\$ 300.648 por evento. Adicionalmente, a Empresa contrata seguros para cobrir sua responsabilidade frente a terceiros diante de sinistros no montante de R\$ 15.448, valor considerado adequado para a cobertura dos riscos potenciais. As coberturas de seguros contratadas em 31 de dezembro de 2010 podem ser demonstradas como segue:

Ramos	Importâncias seguradas
Incêndio de bens do imobilizado	1.640.329
Responsabilidade civil	15.448
Avarias nos estoques	1.073.055
Lucros cessantes	595.483

**22. COMPROMISSOS COM ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL - EMPRESA COMO ARRENDATÁRIA:** A Empresa arrenda diversos terrenos e edifícios segundo contratos de arrendamento operacional não canceláveis. Os termos do arrendamento variam de 10 a 35 anos, e a maioria dos contratos de arrendamento é renovável no término do período de arrendamento, pelas condições de mercado então vigentes. Os pagamentos totais mínimos de arrendamento, segundo os arrendamentos operacionais não canceláveis, são:

	Consolidado	
	2010	2009
Menos de um ano	33.857	33.345
Mais de um ano e menos de cinco anos	129.505	127.458
Mais de cinco anos	167.069	195.761
	330.431	356.564

**23. ADOÇÃO DOS CPCs PELA PRIMEIRA VEZ: 23.1 Base da transição:**

**23.1.1 Aplicação dos CPCs 37 e 43:** As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas anuais em conformidade com os CPCs. A Empresa aplicou os CPCs 37 e 43 na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras individuais da Empresa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações individuais anuais em conformidade com os CPCs. A Empresa aplicou os CPCs 37 e 43 na preparação destas demonstrações financeiras individuais. A data de transição é 1º de janeiro de 2009. A administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs nessa data. Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Empresa aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva. **23.1.2 Isenções da aplicação retrospectiva completa - escolhidas pela Empresa:** A Empresa optou por aplicar as seguintes isenções com relação à aplicação retrospectiva: (a)

**Isenção de combinação de negócios:** A Empresa aplicou a isenção de combinação de negócios descrita no CPC 37 e, assim sendo, não reapresentou as combinações de negócios que ocorreram antes de 1º de janeiro de 2009, data de transição. **(b) Isenção do valor justo como custo presumido:** A Empresa não optou por mensurar certos itens do imobilizado pelo valor justo em 1º de janeiro de 2009. As isenções opcionais remanescentes não se aplicam à Empresa: • Isenção das diferenças acumuladas de conversão, uma vez que a Empresa não possui investimentos em controladas no exterior; • Isenção do benefício a empregados, uma vez que a Empresa não oferece a seus funcionários planos de benefício pós-emprego; • o pagamento baseado em ações, uma vez que a Empresa não oferece esse benefício a seus funcionários; • contabilização dos arrendamentos mercantis, uma vez que as práticas contábeis brasileiras anteriores e os CPCs já se encontram alinhadas com relação a essas transações para 2009; • os contratos de seguro, pois a Empresa não tem operações deste tipo; • ativos e passivos de subsidiárias, coligadas e *joint ventures*, uma vez que somente as demonstrações financeiras individuais da Controladora e consolidada foram preparadas; • instrumentos financeiros compostos porque a Empresa não tem saldo em aberto relacionado a esse tipo de instrumento financeiro na data de transição; • passivos para restauração incluídos no custo de terrenos, edifícios e equipamentos, já que a Empresa não tem quaisquer passivos deste tipo; • ativos financeiros ou ativos intangíveis contabilizados de acordo com o ICPC 01, já que a Empresa não tem contratos firmados sob o escopo desta interpretação. **23.1.3 Exceções da aplicação retrospectiva seguidas pela Empresa:** A Empresa aplicou a seguinte exceção obrigatória na aplicação retrospectiva. **Exceção das estimativas:** As estimativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 1º de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("BR GAAP antigo"). As outras exceções obrigatórias não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação ao BR GAAP antigo nessas áreas e/ou não eram aplicáveis: • Exceção da contabilização de *hedge*; • Reversão de ativos e passivos financeiros. • Participação de não controladores. **23.2 Conciliação entre BR GAAP antigo e CPCs:** Não foram apuradas diferenças entre o patrimônio líquido na data de transição (1º de janeiro de 2009) e em 31 de dezembro de 2009 apurados em conformidade com os pronunciamentos do CPC em relação às práticas contábeis anteriores ("BR GAAP antigo"). Da mesma forma, o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 não apresentou efeitos decorrentes da aplicação dos novos pronunciamentos contábeis em relação àquele anteriormente divulgado.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO****DIRETORIA ESTATUTÁRIA****DIRETORIA**

<b>Edwin Adriaan Leijnse</b> Presidente do Conselho	<b>Roger Allan Anthony Laughlin Guevara</b>	<b>Alice Medina Cohen</b> Comercial não alimentos	<b>Jesonias Castanho</b> Controladoria e Contabilidade	<b>Marcelo Mauro</b> Comercial Alimentos Percíveis
<b>Willem Hendrikus Van Leeuwen</b>	<b>Willem Hendrikus Van Leeuw</b>	<b>Douglas Antônio Gonçalves Souza</b> Logística	<b>José Antonio Leon Rodriguez</b> Expansão	<b>Marcelo Miranda</b> Cartão de crédito
		<b>Gustavo Delamanha</b> Marketing	<b>Juan Pablo Aliaga</b> Recursos Humanos	
		<b>Floris de Ryck</b> Vendas	<b>Marco Antônio Ferreira de Souza</b> Informática	

**DIRETORIA REGIONAL DE VENDAS E OPERAÇÕES**

<b>Antonio César</b> Diretor Regional - Centro Norte	<b>Luiz Antônio Cestari</b> Diretor Regional - Interior São Paulo	<b>Ronaldo Monteiro Salomão</b> Diretor Regional - Sul	<b>Alvaro Souza Lima</b> Diretor Regional - Minas / Bahia	<b>José Aparecido Vieira</b> Contador CRC - 1SP 152221/O-5
<b>Dante Proveti</b> Diretor Regional - Rio / Espírito Santo	<b>Egnaldo Brito Silva</b> Diretor Regional - ABC Leste São Paulo	<b>Mauro Donizete Peixoto</b> Diretor Regional - Nordeste		

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas **Makro Atacadista S.A.**

Examinamos as demonstrações financeiras do Makro Atacadista S.A. (a "Empresa") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da Makro Atacadista S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e

executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas. **Base para opinião com ressalva:** A Empresa registrou em anos anteriores, no ativo não circulante, créditos adquiridos de terceiros ao custo de R\$ 14.240 mil, provenientes de ação trabalhista movida por esses terceiros contra o Governo Federal. Conforme detalhado na Nota 9 às demonstrações financeiras, tendo em vista que a existência e realização desses créditos estão sujeitas

à confirmação de eventos futuros que não estão sob o controle da Empresa, os mesmos deveriam ser classificados como ativos contingentes, a serem registrados no balanço patrimonial somente quando da ocorrência de tais eventos. Em consequência, o ativo não circulante e o patrimônio líquido da Empresa em 31 de dezembro de 2010 estão demonstrados a maior em R\$ 14.240 mil e R\$ 9.398 mil, líquido do efeito do imposto de renda e da contribuição social diferidos, respectivamente (31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009 - R\$ 14.240 mil e R\$ 9.348 mil, respectivamente). **Opinião com ressalva:** Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Makro Atacadista S.A. e do Makro Atacadista S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 14 de abril de 2011



**PricewaterhouseCoopers**  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

**Carlos Alberto de Sousa**  
Contador  
CRC 1RJ056561/O-0 "S" SP